

Instrumental 2 – Registro e Sistematização das Conferências Municipais de Assistência Social 2013

Informações Gerais da Conferência Municipal:

1. Nome do Município / UF	Juiz de Fora / MG
2. Identificação da Conferência	VII Conferência Municipal de Assistência Social
3. Datas e período de realização	29, 30 e 31 de Julho de 2013
4. Porte do município	Grande
5. Número total de participantes	300 (trezentos)

6. Número de Delegados(as):

Sociedade Civil			
Usuários(as)	Trabalhadores	Entidades	
58 (cinquenta e oito)	28 (vinte e oito)	32 (trinta e dois)	112 (cento e doze)

7. Eventos preparatórios

7.1. Quais os eventos de mobilização antecederam a Conferência?

- Pré-conferências
- Plenárias
- Palestras
- Debates públicos
- Reuniões
- Encontros temáticos
- Outras formas.....

MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG

8. Análise e Deliberações por eixo

Eixo 1: Cofinanciamento Obrigatório da Assistência Social

Síntese Avaliativa

8.1. Principais avanços	8.2. Principais dificuldades	8.3. Outras observações
X	X	A relatoria final observou que o Instrumental 2 é deficiente quanto à falta de previsão de novas deliberações para o âmbito estadual e federal, prevendo deliberações somente para o município.
X	X	X
X	X	X
8.4. Percentual de Deliberações implementadas: 7%		
8.5. Percentual de Deliberações em andamento: 72%		
8.6. Percentual de Deliberações não implementadas: 21%		

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo		Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)		
	Município	Outras políticas	Estado	União	
1. Divulgação de Edital de chamada pública para ampliação de conveniamento com a rede socioassistencial.	X				
2. Assegurar orçamento e financiamento pra programas, projetos, ações e serviços de inclusão produtiva e geração de trabalho e renda nos níveis de proteção básica e,	X	X			

MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG

preferencialmente, os de proteção especial de média e alta complexidade.					
3. Que o Conselho retire de suas ações o Selo de Responsabilidade Social	X				
4. Que o Demonstrativo Sintético Físico-financeiro seja apresentado em tempo hábil para que os Conselhos possam apreciá-lo e deliberar.	X	X	X		

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações Novas para o Município
1. Cumprimento de todas as deliberações da VI Conferência Municipal de Assistência Social referente a Oficina Temática do Eixo I: Orçamento e financiamento na gestão do SUAS.
2. Vincular os recursos recebidos pelo Município advindos da contribuição financeira da extração mineral ao FMAS (Fundo Municipal da Assistência Social)
3. Exigir que os três entes federados compensem as renúncias fiscais e as desonerações tributárias que impactam no orçamento da Seguridade Social.
4. Garantir rubrica orçamentária e recursos financeiros para a viabilização do Programa Viver Sem Limite, a partir de 2014.
5. Ampliação dos recursos federais para programas, projetos e serviços municipais da Rede Socioassistencial na proporção do número de famílias contempladas no Cadastro Único da Assistência Social e em situação de vulnerabilidade e violação de direitos no município.

Eixo 2: Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, Processos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação

Síntese Avaliativa

8.1. Principais avanços	8.2. Principais dificuldades	8.3. Outras observações
X	X	A relatoria final observou que o Instrumental 2 é deficiente quanto à falta de previsão de novas deliberações para o âmbito estadual e federal, prevendo deliberações somente para o município.
X	X	X
X	X	X
8.4. Percentual de Deliberações implementadas	20%	
8.5. Percentual de Deliberações em andamento	20%	
8.6. Percentual de Deliberações não implementadas	60%	

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo	Outras políticas			
		Estado	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)		
	Município		União		
1. (1.1.5) - Garantir orçamento e financiamento para a execução do diagnóstico de Assistência Social do Município bem como, sua atualização de 03 em 03 anos.	X				
2. (2.3.4) - Ampliação de	X				

MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG

<p>ações e serviços de qualificação profissional, elevação da escolaridade e inclusão produtiva, conforme deliberação do eixo “Reordenamento e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais” (Oficina 3 – VI Conferência Municipal de Assistência Social de 2011).</p>					
<p>3. (2.4.4) - Criação de um sistema de referência e contra- referência que envolva toda a rede socioassistencial, através da informatização.</p>					
<p>4. (3.5.7) - Criar com o assessoramento do Ministério Público a Ouvidoria Municipal de Assistência Social e integrá-la à estrutura do CMAS, para ser um sinalizador do contrapoder dos usuários e um</p>					

MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG

<p>mecanismo para avaliação da sua satisfação em relação à política socioassistencial praticada.</p>					
<p>5. (2.3.7) - Efetiva implementação do COREAS e criação dos Conselhos Locais visando o fortalecimento da participação popular nos territórios socioassistenciais .</p>					
<p>6. (3.5.11) - Alterar a composição do CMAS, permitindo o assento dos membros dos CREAS.</p>					

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações Novas para o Município

- 1- Análise permanente dos territórios socioassistenciais como mecanismo de monitoramento da vigilância socioassistencial, oferecendo a diretriz maior da política de Assistência Social no município.
- 2- Realizar/atualizar o diagnóstico socioassistencial a partir das bases territoriais identificando as demandas existentes, possibilitando o redimensionamento da rede de serviços socioassistenciais.
- 3- Aplicar/implementar matriz de indicadores para aferir a qualidade da atividade socioassistencial (serviços, programas, projetos e benefícios), das instituições públicas e privadas, bem como a satisfação de seus usuários a partir de instrumentos de avaliação e monitoramento.

Eixo 3: Gestão do Trabalho

Síntese Avaliativa

8.1. Principais avanços	8.2. Principais dificuldades	8.3. Outras observações
X	X	A relatoria final observou que o Instrumental 2 é deficiente quanto à falta de previsão de novas deliberações para o âmbito estadual e federal, prevendo deliberações somente para o município.
X	X	X
X	X	X
8.4. Percentual de Deliberações implementadas	0%	
8.5. Percentual de Deliberações em andamento	17%	
8.6. Percentual de Deliberações não implementadas	83%	

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo		Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)		
	Município	Outras políticas	Estado	União	
1. Considerar como princípios norteadores da capacitação de RH: a educação permanente, a garantia de qualidade dos serviços, o direito à informação e que as estratégias de capacitação tenham como foco a discussão regular sobre a prática cotidiana, incluindo os conteúdos: acolhimento					

MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG

<p>e escuta, mobilização comunitária, intersectorialidade, violação de direitos, metodologia de trabalho com família, trabalho inter e transdisciplinar, trabalho socioeducativo com grupos.</p>					
<p>2. Garantir rubrica orçamentária municipal para a constituição de quadro permanente para a Secretaria de Desenvolvimento Social por meio de concurso público até 2015, com base no Plano Decenal, garantindo isonomia de carga horária e salário de acordo com o cargo exercido.</p>					
<p>3. Criação de rubrica orçamentária da Secretaria de Desenvolvimento Social para capacitação e formação sistemática, continuada e permanente para todos os atores sociais do SUAS instituindo a Escola de</p>					

MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG

Governo como espaço de capacitação.					
4. Elaboração de um diagnóstico do perfil dos profissionais que atuam na rede socioassistencial, a fim de levantar as necessidades para a capacitação.					
5. Garantia de rubrica orçamentária na SDS para a contratação de recursos humanos para os CRAS e CREAS através de concursos públicos, respeitando a equipe mínima preconizada pela NOB/RH.					

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações Novas para o Município
1. Instalar a Mesa de Negociação nos âmbitos Municipal, Estadual e Federal, na forma estabelecida na NOB-RH/SUAS e Resolução nº172 do CNAS, garantindo a isonomia nas condições de trabalho para os trabalhadores do SUAS, públicos e privados;
2. Garantir a criação de uma Gerência/Departamento/Setor de Gestão do Trabalho do SUAS, na SDS em cumprimento às normativas, com rubrica específica;
3. Institucionalizar uma instância colegiada entre as políticas públicas, vinculada ao Chefe do Executivo Municipal na garantia da efetivação da intersetorialidade;
4. Implementar o Plano Nacional de Educação Permanente – PNEP destinado a capacitar todos os atores da Assistência Social – gestores, trabalhadores, técnicos e administrativos dos setores governamentais e não-governamentais e conselheiros;
5. Garantir a contratação de outras categorias profissionais, através de concurso público, necessárias na prática dos CRAS e CREAS;

Eixo 4: Gestão dos Serviços, Programas e Projetos

Síntese Avaliativa

8.1. Principais avanços	8.2. Principais dificuldades	8.3. Outras observações
X	X	A relatoria final observou que o Instrumental 2 é deficiente quanto à falta de previsão de novas deliberações para o âmbito estadual e federal, prevendo deliberações somente para o município.
X	X	X
X	X	X
8.4. Percentual de Deliberações implementadas	0%	
8.5. Percentual de Deliberações em andamento	60%	
8.6. Percentual de Deliberações não implementadas	40%	

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo		Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)		
	Município	Outras políticas	Estado	União	
1- Garantir que os convênios com as entidades não governamentais sejam efetivados com base no diagnóstico territorial.					
2- Adesão do Município à Tipificação que norteia a Política Nacional para a					

MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG

<p>População em Situação de Rua e Migrantes, com a criação de um comitê intersetorial para o resgate da cidadania e articulação com outras políticas afins.</p>					
<p>3- Efetivar o reordenamento jurídico dos convênios com entidades de acolhimento institucional, estabelecendo repasses por piso e não por metas de atendimento.</p>					
<p>4- Implementação do Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária.</p>					

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações Novas para o Município

- 1- Reestruturação e ampliação da Rede Pública de Assistência ao Dependente Químico com delimitação do território e inserção do Município na Política Nacional proposta nesta área, com criação de comissão intersetorial com objetivo de instituir protocolo de competência entre as áreas afins.
- 2- Criar programa de república de jovens egressos do acolhimento institucional.
- 3- Criação de Centros Dia para idosos e Pessoas com Deficiências no município, conforme preconizam os Planos Nacionais do idoso e da Pessoa com Deficiência, garantindo o acesso e permanência nos programas e serviços do SUAS com acessibilidade arquitetônica, na comunicação e informação.
- 4 – Ampliação de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes e idosos nos vazios socioassistenciais com garantia do acesso ao já existente.
- 5 – Cumprimento da Res. Nº 063/10 do CMAS e 109/09 do CNAS para que todas as entidades de Assistência Social estejam inscritas no CMAS e que as entidades conveniadas referenciem os usuários aos CRAS, garantindo em cláusula convenial percentual de vagas para CRAS e CREAS.

MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG

Eixo 5: Gestão dos Benefícios do SUAS

Síntese Avaliativa

8.1. Principais avanços	8.2. Principais dificuldades	8.3. Outras observações
X	Não houve nenhuma deliberação contemplada.	A relatoria final observou que o Instrumental 2 é deficiente quanto à falta de previsão de novas deliberações para o âmbito estadual e federal, prevendo deliberações somente para o município.
X	X	X
X	X	X
8.4. Percentual de Deliberações implementadas	0%	
8.5. Percentual de Deliberações em andamento	50%	
8.6. Percentual de Deliberações não implementadas	50%	

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo	Outras políticas		Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)	
	Município	Estado	União		
1. Instituir comissão intergestora vinculada à SDS com participação dos gestores técnicos das diferentes políticas: saúde, educação, assistência, habitação, dentre outras.	X				
2. Construir e implementar na SDS, com a interveniência do CMAS, uma agenda que articule ações sociais dos setores governamentais,	x				

MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG

buscando a intersectorialidade das políticas públicas sociais. 3. Criar um comitê intersectorial, que busca articular, trocar informação, experiências entre outros conselhos e órgãos afins.					
4. Assegurar orçamento e financiamento para programas, projetos, ações e serviços de inclusão produtiva e geração de trabalho e renda nos níveis de proteção básica e, preferencialmente, os de proteção especial de média e alta complexidade.	X				
5. Ampliação de ações e serviços de qualificação profissional, elevação da escolaridade e inclusão produtiva.	X				

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações Novas para o Município

1. Ampliação da equipe técnica de profissionais (Assistente Social, Digitador, Agente Administrativo), através de concurso público na gestão do CAD único, com objetivo de monitorar, divulgar, acompanhar e capacitar permanentemente os setores: saúde, educação e assistência social, visando o cumprimento das condicionalidades exigidas.
2. Criação da ouvidoria na SDS, com objetivo de aprimorar o processo operacional de atendimento na área social;
3. Estabelecer que o BPC não seja incluído no cálculo da renda do CAD único;
4. Estabelecer que o BPC seja concedido a partir de 60 anos, de acordo com a Lei Nº 10. 741 / 2003 do Estatuto do Idoso;
5. Propor ao Governo Federal – MDS, adequar o valor da *per capita* para o cálculo do Bolsa Família de acordo com o salário-mínimo vigente;

Eixo 6: Regionalização

Síntese Avaliativa

8.1. Principais avanços	8.2. Principais dificuldades	8.3. Outras observações
1. Mapeamento dos territórios socioassistenciais concluído e de uso dos CRAS e CREAS.	Integração entre banco de dados para diagnósticos territoriais.	A relatoria final observou que o Instrumental 2 é deficiente quanto à falta de previsão de novas deliberações para o âmbito estadual e federal, prevendo deliberações somente para o município.
2. Início de estudos técnicos para adequação dos dados do IBGE aos territórios socioassistenciais.	Áreas de vulnerabilidade social e zona rural com distribuição precária de correspondências e inexistência de normativa para endereçamento na área rural.	
8.4. Percentual de Deliberações implementadas	0%	
8.5. Percentual de Deliberações em andamento	0%	
8.6. Percentual de Deliberações não implementadas	100%	

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo	Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)	
	Município	Estado	União	
1. Efetiva implementação do COREAS e criação dos Conselhos Locais visando o fortalecimento da participação popular nos territórios socioassistenciais.	X			
2. Inclusão de um parâmetro de risco físico no CADÚNICO para identificar			X	

MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG

territorialmente as famílias de maior vulnerabilidade social que sofrem por intempéries meteorológicas					
3. Restabelecer o Fórum dos Conselhos para integrar e articular as políticas setoriais, permitindo-lhes eficiência operacional.	X				
4. Estabelecer a atuação itinerante do CMAS nos territórios dos CRAS/CREAS para difundir e aproximar as temáticas do SUAS e as tônicas das conferências e da política socioassistencial a população e as entidades locais, de modo a fortalecer as bases de participação e favorecer o nivelamento e os protagonismos dos usuários.	X				
5. Construir e implementar na SDS, com a interveniência dos					

MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG

CMAS, uma agenda que articule ações sociais dos setores governamentais, buscando a intersectorialidade das políticas públicas sociais.	X				
--	---	--	--	--	--

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações Novas para o Município
1 – Criação de um CREAS regional com interveniência do CMAS, CEAS, CIB e Governo do Estado a partir de diagnósticos sociais.
2 – Reordenar através de estudos técnicos a territorialização e a localização dos CRAS e CREAS.
3 – Adequar as modalidades de serviço da rede socioassistencial à tipificação da PNAS para subsidiar a territorialização dos equipamentos e serviços.
4 – Direcionar prioritariamente os investimentos para Proteção Básica, especialmente quando do estabelecimento de convênios.
5 – Garantir infraestrutura física, humana e material necessária para a efetiva funcionalidade dos equipamentos de Proteção Básica e Especial de acordo com as Legislações e Normativas específicas.

10. Avaliação geral da Conferência Municipal:

10.1. Principais pontos positivos	10.2. Principais pontos negativos	10.3. Sugestões para futuras conferências
1. Cumprimento dos horários.	1. Crítica à Palestra Magna de Abertura, por ter sido muito elementar, não atingindo o foco central da Conferência.	1. Que nas Pré-Conferências sejam debatidos e explicados os Eixos Temáticos.
2. Infraestrutura, local, logística e acesso bom.	2. Programação entregue somente no dia do evento.	2. O material que vai ser estudado deve fazer parte da pasta dos participantes.
3. Plenárias Temáticas boas e bem trabalhadas.	3. Pouca capacitação dos facilitadores, para o melhor desenvolvimento das oficinas / Plenárias Temáticas.	3. Discutir políticas intersetoriais.
4. Diversidade dos participantes.	4. Dificuldade encontrada pelos participantes de se inscreverem nos Eixos pretendidos, devido ao número limitado de cinquenta vagas para cada Eixo / Plenária Temática.	4. Melhoria na divulgação e mobilização da Conferência junto à população geral e às demais Secretarias Municipais afins.

Data:

Assinatura do Conselho Municipal de Assistência Social: